





SECRETARIA DE
AGRICULTURA,
PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO



INFORMATIVO PROALMINAS

Fique ainda mais atualizado. Inscreva-se nas nossas redes sociais:   @Agricultura

Edição N° 16 - 29/09/2016



Programa Mineiro de Incentivo à Cultura do Algodão -PROALMINAS/MG-

SUMÁRIO

TÍTULO

Pág

I - NOTÍCIAS DA COTONICULTURA

Vazio sanitário do feijão e do algodão começa em Minas	03
Exportação de algodão sobe 12,4% ante agosto de 2015	04
China cria subsídio para algodão plantado fora da principal região	05
Algodão: Quedas internacionais e cumprimento de contratos diminuem liquidez	06
Embrapa e Bayer se unem contra doença da soja no Brasil	07
Produtores se suicidam na Índia em meio à queda do algodão	08
Trabalhador mexe em algodão na Índia	10

II – OUTRAS CULTURAS

Conab traça cenário positivo para volume e rentabilidade de grãos	14
Governo de Minas Gerais estimula pequenos produtores	15
CMN aprova renegociação de dívidas de produtores rurais	17
Energia compartilhada pode diminuir gastos de produtores	18
Banco Central publica resolução que renegocia dívidas	19



I - NOTÍCIAS DA **COTONICULTURA**

Vazio sanitário do feijão e do algodão **começa em Minas em 20 de setembro**

Iniciativa tem o objetivo de prevenir as lavouras contra as pragas do mosaico dourado e bicudo do algodoeiro

BELO HORIZONTE (14/9/2016) - Começa em 20 de setembro, próxima terça-feira, o período do vazio sanitário do feijão e do algodão nas lavouras mineiras. A iniciativa é do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) e tem o objetivo de prevenir e erradicar nas plantações mineiras a ocorrência das pragas do bicudo do algodoeiro, no caso do algodão, e do mosaico dourado, no caso do feijão. As duas pragas têm potencial para causar prejuízos nas plantações. No caso do algodão a praga pode até mesmo inviabilizar o cultivo numa região inteira. No feijão o mosaico dourado causa perdas na produção e produtividade das lavouras. Para este ano o IMA estima realizar 170 fiscalizações nas lavouras das duas culturas.

O vazio sanitário do feijão foi estabelecido inicialmente pela Portaria do IMA 1308/2013, atualizada posteriormente pela 1537/2015. Essa atualização foi feita de forma que o vazio fosse realizado na mesma época em Minas, Distrito Federal e Goiás. O vazio sanitário para o feijão dura 30 dias com início em 20 de setembro e prosseguindo até 20 de outubro. É realizado somente na região Noroeste de Minas, nos municípios de Arinos, Bonfinópolis de Minas, Brasilândia de Minas, Buritis, Cabeceira Grande, Chapada Gaúcha, Dom Bosco, Formoso, Guarda-Mor, João Pinheiro, Lagoa Grande, Natalândia, Paracatu, Riachinho, Unaí, Uruana de Minas, Uruçuia e Vazante. A decisão de estabelecer o vazio para essa região é da Câmara Técnica de Defesa Agropecuária da *Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa)* e atende a reivindicação dos produtores locais. Isso porque a região é um importante polo produtor e os agricultores querem prevenir-se contra a presença da praga do mosaico dourado.

Já o vazio sanitário do algodão está estabelecido na Portaria 1429/2014, que sucedeu a 1019/2009, também do IMA. Esta Portaria estabelece o período de 60 dias para o vazio, com início em 20 de setembro e prosseguindo até 20 de novembro. Nos dois casos, durante o período do vazio sanitário os produtores ficam proibidos de cultivar as duas culturas e de manter plantas vivas ou remanescentes de safras anteriores. Para ambas as culturas o IMA permite durante o vazio o plantio de algumas áreas para pesquisa e produção de sementes genéticas. Permite também o cultivo de sementes básicas, originadas da multiplicação de sementes genéticas.

O gerente de Defesa Vegetal do IMA engenheiro agrônomo Nataniel Diniz Nogueira explica que durante o vazio sanitário as propriedades rurais cadastradas no IMA ficam sob vigilância dos fiscais do Instituto. Caso sejam detectados quaisquer tipos de inconformidades durante as fiscalizações realizadas pelo IMA, o produtor será notificado

e terá um prazo máximo de dez dias para erradicar as plantas presentes na propriedade. “As fiscalizações realizadas pelo IMA representam a garantia de que os produtores rurais estão cumprindo o vazio sanitário para essas duas culturas”, disse. Diniz lembra que os produtores que não regularizarem sua situação após a notificação estarão sujeitos a multa que poderá chegar a 1.500 Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais (Ufemgs) , o equivalente a cerca de R\$ 4.516,35.

Benefícios - “O cumprimento do período do vazio traz benefícios para os produtores, com a redução dos ataques das pragas e diminuição da quantidade de agrotóxicos utilizados para fazer o controle das mesmas. Esse procedimento contribui para o aumento da renda dos produtores”, argumenta. O gerente do IMA pondera também que a redução do uso de agrotóxicos é um benefício esperado. “Acreditamos que houve redução estimada de 20% na quantidade de agrotóxicos utilizada nessas duas culturas”, disse.

O IMA já realizou até hoje 439 fiscalizações dentro do vazio sanitário em plantações de feijão de todo o território mineiro. No caso do algodão foram 170 fiscalizações. O número de notificações de produtores que descumpriram as normas do vazio sanitário para o feijão foi de 13 desde 2010 e de 57 para o algodão desde 2013. Entretanto, como os produtores têm um prazo de 10 dias para regularizar sua situação após a notificação, exterminando as plantas, o número final de autuações caiu para 1 de feijão e nenhuma para o algodão.

O diretor-geral do IMA Marcílio de Sousa Magalhães ressalta que o baixo número final de autuações indica o compromisso dos produtores mineiros com o cumprimento das regras do vazio. “São indicadores positivos e que garantem a qualidade dos produtos destas duas culturas. Com isso, os produtores garantem sua participação no mercado, principalmente no caso do feijão, cuja produção mineira é a segunda maior do país”, ponderou. Magalhães ressalta ainda que “o respeito ao vazio sanitário pelos produtores representa um ato de cidadania, uma vez que esta prática contribui enormemente para garantir o status fitossanitário do estado e do país”.

De acordo com informações da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), com base nos dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de agosto de 2016 Minas Gerais ocupa o segundo lugar no ranking nacional na produção de feijão com 518,4 mil toneladas por ano, o que representa 18,3% da produção nacional. Já no caso do algodão o estado está na sexta posição nacional, com produção de 66,7 mil toneladas.

Exportação de algodão sobe 12,4% ante agosto de 2015, mas receita recua

O aumento do volume reflete o cumprimento de contratos de exportação no Brasil

A receita com as vendas externas da pluma somou US\$ 56,2 milhões

POR ESTADÃO CONTEÚDO/ (Foto: Ernesto de Souza/Ed. Globo)

As exportações brasileiras de algodão aumentaram 12,4% em volume em agosto ante igual mês de 2015. Foram embarcadas 56,2 mil toneladas, ante 50 mil toneladas em agosto do ano passado, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Na comparação com julho, quando os embarques totalizaram 14,7 mil toneladas, o incremento foi de 282,3%.

- Produção na safra de algodão da Índia deve ser menor que prevista, diz USDA
 - Maior liquidez traz firmeza aos preços do algodão
 - China deve ter 7% menos algodão por causa de enchentes



A receita com as vendas externas da pluma somou US\$ 56,2 milhões, queda de 29,6% ante agosto do ano passado (US\$ 79,8 milhões), mas aumento de 172,8% em relação ao apurado em julho (US\$ 20,6 milhões).

O aumento do volume embarcado reflete o cumprimento de contratos de exportação no País.

A colheita da safra 2015/16 se aproxima da conclusão nos maiores produtores e o beneficiamento está bastante adiantado. Por isso, tradings têm recebido maiores volumes de algodão adquirido antecipadamente e enviando a fibra para o exterior.

O preço médio da tonelada de algodão exportada no mês passado foi de US\$ 1.511,70, ante US\$ 1.401,1 em julho e US\$ 1.596,90 em agosto do ano passado.

No acumulado de janeiro a julho, foram exportadas 424,20 mil toneladas de algodão, um volume 35,5% superior às 313,1 mil toneladas embarcadas nos oito primeiros meses do ano passado. Já a receita acumulada com as vendas externas da pluma no intervalo de janeiro a agosto de 2016 foi de US\$ 594,60 milhões, valor 23,36% superior aos US\$ 482 milhões faturados em igual período de 2015.

China cria subsídio para algodão plantado fora da principal região produtora

A China irá pagar subsídios de 2 mil iuanes (330 dólares) por tonelada de algodão colhido nesta temporada fora das principais regiões de cultivo, potencialmente desacelerando a queda na produção no maior consumidor mundial da fibra e reduzindo ainda mais a demanda por importações.

Operadores disseram que mesmo o valor sendo menos generoso do que o esquema de subsídios na principal província produtora, Xinjiang, ele está em linha com as expectativas, em um momento em que o país abandona o programa de compras públicas que reduziu a disponibilidade do produto no mercado e impulsionou os preços globais.

O fim das compras e a mudança para o sistema de subsídios fez os preços nos Estados Unidos caírem para mínimas de cinco anos, com temores do mercado de uma menor demanda na China.

"O novo subsídio provavelmente irá mitigar um declínio na produção no leste da China, mas eu ainda espero uma certa queda na produção", disse um operador na China, que pediu para não ser identificado. "Sem este subsídio, a produção provavelmente despencaria."

O novo subsídio estará disponível para produtores nas províncias de Shandong, Hebei, Henan, Jiangsu, Anhui, Hubei, Hunan, Jiangxi e Gansu, disse a Associação de Algodão da China em seu website, citando detalhes de uma reunião com o governo na terça-feira.

Os subsídios haviam sido inicialmente planejados apenas para Xinjiang, região no noroeste do país que responde por mais da metade da produção de algodão da China, levando analistas a prever uma forte queda na produção de algodão do país. Mas autoridades do governo disseram em setembro que os pagamentos seriam oferecidos para outros produtores também.

Por outro lado, o subsídio para as nove províncias é menor que o oferecido em Xinjiang, onde produtores receberão a diferença entre o preço de mercado e o preço mínimo estabelecido pelo governo, de 19,800 iuanes por tonelada.

(Por Dominique Patton)

Algodão: Quedas internacionais e cumprimento de contratos diminuem liquidez

Com a colheita da pluma se aproximando do final e o beneficiamento em ritmo acelerado, produtores estão priorizando o cumprimento de contratos antecipados, tanto no mercado interno como no externo. De acordo com pesquisadores do Cepea, esse contexto e as quedas nos preços internacionais deixam tanto compradores quanto vendedores fora do mercado, reduzindo a liquidez no spot.

Entre 6 e 13 de setembro, o Indicador CEPEA/ESALQ com pagamento em 8 dias, referente à pluma 41-4, posta em São Paulo, caiu ligeiro 0,16%, fechando a R\$ 2,4739/lp nessa terça-feira, 13. Já na parcial de setembro, o Indicador acumula pequena alta de 0,71%. **Fonte: Cepea**

Embrapa e Bayer se unem contra doença da soja no Brasil

Paulo Fridman/Bloomberg) / Roberto Samora ([REUTERS](#))

Soja: os custos gerados pela ferrugem no Brasil são estimados em 2 bilhões de dólares por ano

São Paulo - A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (**Embrapa**) e a gigante alemã **Bayer** deram o pontapé inicial para uma parceria de cinco anos que buscará formas de minimizar perdas provocadas pelo fungo da ferrugem asiática, a doença mais temida pelos produtores de **soja**, a principal cultura do Brasil.

A parceria público-privada (PPP), que será anunciada formalmente em Londrina (PR), na tarde desta segunda-feira, visará primeiramente juntar esforços no sequenciamento do genoma do fungo *Phakopsora pachyrhizi*, o causador da ferrugem, um agente mutante que está cada vez mais resistente a fungicidas, elevando custos de **agricultores** no país, o maior exportador global de soja.

Num segundo momento, quando os pesquisadores tiverem todas as informações sobre a biologia do fungo, eles saberão onde está a resistência do agente, o que pode permitir a elaboração de fungicidas mais eficazes, além de dar um norte para o desenvolvimento de sementes mais resistentes à ferrugem e no futuro, quem sabe, uma soja transgênica com tais características.

"É uma questão de segurança nacional... A ferrugem é uma ameaça... E a soja é um dos pilares da nossa economia. Precisamos preservar isso aí", afirmou à Reuters o fitopatologista da Embrapa Maurício Meyer.

Os custos gerados pela ferrugem no Brasil são estimados em 2 bilhões de dólares por ano, considerando despesas com aplicações de fungicidas e perdas de produtividade. O montante representa cerca de 7 por cento do valor bruto da produção brasileira de soja.

E, se nada for feito, a previsão é de que esses custos aumentem ainda mais, com o fungo cada vez mais resistente a agroquímicos.

"Seria ótimo continuarmos contando com a eficiência dos fungicidas, mas, como eles estão perdendo a eficiência, estamos aumentando as aplicações. Além de aumentar o custo operacional, como não está eficiente o controle, estamos aumentando as perdas com a doença", disse Meyer.

"O que antigamente era controlado com duas aplicações de fungicidas, hoje usamos quatro e não temos a mesma eficiência", acrescentou ele, lembrando que fungo, se não combatido, pode reduzir a produtividade de uma lavoura em até 80 por cento.

Com a intensa aplicação de fungicidas no Brasil, outros fungos também estão ficando resistentes a agroquímicos pela seleção natural, como o caso do *Corynespora cassiicola*, causador da mancha-alvo, que pode reduzir a produtividade da lavoura de soja em 35 por cento.

A parceria da Embrapa também prevê pesquisas sobre o fungo da mancha-alvo, com objetivos semelhantes. "É um outro organismo, mas decidimos colocar no projeto porque é a segunda doença mais importante, para poder dar uma solução integrada", comentou o gerente de Desenvolvimento Avançado de Fungicidas da Bayer, Rogério Bortolan.

"O que almejamos com a parceria é ir no nível de detalhes, saber por que ocorre a resistência ao fungicida, por que o fungo perde a sensibilidade a determinados químicos", disse Bortolan, ressaltando que o sequenciamento do genoma do fungo permitirá ainda um manejo adequado e "customizado" da lavoura dependendo da região, com a aplicação do fungicida correto.

GENOMA - O sequenciamento, importante etapa inicial da pesquisa, envolverá outras instituições de pesquisa e já começou, quase que simultaneamente à parceria entre a Embrapa e a Bayer, segundo o fitopatologista da empresa estatal.

Além da Embrapa e da Bayer, participam do trabalho o Joint Genome Institute (JGI), do governo dos Estados Unidos, e a Inra, instituição de pesquisa da França.

A parceria com a Embrapa prevê que os resultados das pesquisas sejam públicos, permitindo que toda a comunidade científica desfrute das informações obtidas, mas o gerente da Bayer acredita que a companhia poderá se beneficiar dos resultados.

"Vamos sair na frente e vamos manter a nossa missão, vamos ganhar em inovação. O grande objetivo da Bayer é isso, ir além. Inovar é fazer algo como uma parceria dessa...", disse ele.

Bortolan acredita ainda que a empresa poderá eventualmente antecipar uma linha de pesquisa, enquanto os estudos estão sendo desenvolvidos.

O gerente da Bayer não revelou os montantes que serão investidos na parceria. Já a Embrapa não fará aportes financeiros, participando com seus pesquisadores e estrutura.

A empresa estatal dispõe, por exemplo, de um banco de dados de fungos desde a safra 2004, quando a ferrugem havia sido identificada havia poucos anos no Brasil, numa época que o agente da doença ainda não havia sido exposto aos fungicidas, o que pode auxiliar nas pesquisas.

Produtores se suicidam na Índia em meio à queda do algodão

(Prashanth Vishwanathan/Bloomberg)

Mumbai - Shobha Singh Bais esperou que seu marido Govind terminasse de comer os vegetais com pão pita no dia 15 de janeiro para que ela pudesse jantar, conforme o hábito no povoado de Hivar, onde moravam, e em muitos outros na Índia. Quando Govind terminou, o produtor de algodão de 55 anos disse calmamente à esposa que tinha ingerido veneno de rato. Shobha saiu correndo de casa, em busca de seu filho

Chandan, 30, que possui um armazém de tabaco nas imediações. Quando os dois voltaram, Govind espumava pela boca. Ele morreu em um tuk tuk que corria para levá-lo ao hospital, a 12 quilômetros dali.

Em um país onde ocorre até um de cada três suicídios no mundo, cerca de 12 produtores se matam por dia em Maharashtra, o segundo maior estado, e os números estão aumentando, de acordo com dados do grupo de lobby da **agricultura**.

O excesso da oferta de algodão em todo o mundo fez com que os preços despencassem e piorou a pobreza na zona rural da Índia. Govind estava dois anos atrasado com empréstimos bancários, teve que replantar sua safra no ano passado devido às chuvas tardias e estava enfrentando o custo de 100.000 rúpias (US\$ 1.620) para que um dos seus filhos se casasse.

“Meu marido estava muito tenso nos seus últimos dias de vida”, disse Shobha, 47, sentada no chão de terra à porta da sua casa e limpando trigo para o jantar.

Embora os produtores indianos enfrentem dificuldades financeiras com frequência, os menores preços domésticos em três anos para o algodão e os custos mais altos de mão de obra e pesticida provavelmente vão piorar a situação em 2015, disse Kishor Tiwari, presidente do Vidarbha Jan Andolan Samiti, o grupo de lobby dos produtores.



Empréstimos não pagos

Uma quantidade cada vez maior de produtores não consegue pagar os empréstimos. Muitos não têm um terreno grande o suficiente para servir de garantia e recorrem a agiotas que cobram uma taxa cinco ou seis vezes maior do que a do banco.

De acordo com Samiti, 4.200 produtores se suicidaram no ano passado em Maharashtra, estado do oeste que é o maior produtor de algodão depois de Gujarat e registra a maior quantidade de tais mortes na Índia.

Se o governo confirmar esse número, ele será o maior desde 2007. Maharashtra inclui a cidade de Mumbai e é o lar de cerca de 112 milhões de pessoas, quase três vezes mais do que a Califórnia.

Para os produtores de algodão, o panorama é sombrio. As reservas mundiais devem mais do que dobrar e atingir o recorde de 109 milhões de fardos em quatro anos, em parte porque a China, o maior comprador, está consumindo menos, de acordo com dados do Departamento da Agricultura dos EUA.

Os preços do algodão na ICE Futures U.S., em Nova York, caíram 28 por cento nos últimos 12 meses e atingiram o menor valor em cinco anos, 57,05 centavos por libra, no dia 23 de janeiro.

O governo do primeiro-ministro indiano Narendra Modi, que chegou ao poder em maio com a promessa de assegurar que os preços de todas as safras continuassem 50 por cento acima do custo de produção, não fez muito para aliviar os problemas dos produtores, disse Tiwari.

Caro demais

As exportações indianas de algodão poderiam cair até 58 por cento neste ano, embora a colheita esteja prestes a bater um recorde com 40 milhões de fardos, estima a Associação de Algodão da Índia.

O governo deveria proibir as importações de algodão e subsidiar as remessas para o exterior para aliviar o excesso da oferta doméstica, disse Shirish Shah, sócio da Bhaidas Cursondas, uma exportadora com sede em Mumbai.

Os preços deveriam ser de pelo menos 6.000 rúpias por 100 quilos para que fossem econômicos para um produtor, disse Santosh Naitham, coordenador do Samiti no estado de Maharashtra. Recentemente, os operadores compraram algodão por cerca de 4.000 rúpias.

Modi implementou a política de oferecer uma compensação pela morte dos produtores. O governo inscreveu cerca de 115 milhões de titulares de contas bancárias para transferir diretamente tais subsídios. Muitas famílias produtoras não têm nada para depositar.

“É mais um encargo que temos agora”, disse ele, enquanto brincava com seu filho de 14 meses. “Quero educar meu filho para que ele vá embora daqui. Mas se não ganharmos nada com nossas plantações, como vamos sequer educá-lo?”.

Trabalhador mexe em algodão na Índia: excesso da oferta de algodão piorou a pobreza na zona rural do país

Em um país onde ocorre até um de cada três suicídios no mundo, cerca de 12 produtores se matam por dia em Maharashtra, o segundo maior estado, e os números estão aumentando, de acordo com dados do grupo de lobby da agricultura.

O excesso da oferta de algodão em todo o mundo fez com que os preços despencassem e piorou a pobreza na zona rural da Índia. Govind estava dois anos atrasado com empréstimos bancários, teve que replantar sua safra no ano passado devido às chuvas tardias e estava enfrentando o custo de 100.000 rúpias (US\$ 1.620) para que um dos seus filhos se casasse.

“Meu marido estava muito tenso nos seus últimos dias de vida”, disse Shobha, 47, sentada no chão de terra à porta da sua casa e limpando trigo para o jantar.

Embora os produtores indianos enfrentem dificuldades financeiras com frequência, os menores preços domésticos em três anos para o algodão e os custos mais altos de mão de obra e pesticida provavelmente vão piorar a situação em 2015, disse Kishor Tiwari, presidente do Vidarbha Jan Andolan Samiti, o grupo de lobby dos produtores.

Empréstimos não pagos

Uma quantidade cada vez maior de produtores não consegue pagar os empréstimos. Muitos não têm um terreno grande o suficiente para servir de garantia e recorrem a agiotas que cobram uma taxa cinco ou seis vezes maior do que a do banco.

De acordo com Samiti, 4.200 produtores se suicidaram no ano passado em Maharashtra, estado do oeste que é o maior produtor de algodão depois de Gujarat e registra a maior quantidade de tais mortes na Índia.

Se o governo confirmar esse número, ele será o maior desde 2007. Maharashtra inclui a cidade de Mumbai e é o lar de cerca de 112 milhões de pessoas, quase três vezes mais do que a Califórnia.

Para os produtores de algodão, o panorama é sombrio. As reservas mundiais devem mais do que dobrar e atingir o recorde de 109 milhões de fardos em quatro anos, em parte porque a China, o maior comprador, está consumindo menos, de acordo com dados do Departamento da Agricultura dos EUA. Os preços do algodão na ICE Futures U.S., em Nova York, caíram 28 por cento nos últimos 12 meses e atingiram o menor valor em cinco anos, 57,05 centavos por libra, no dia 23 de janeiro.

O governo do primeiro-ministro indiano Narendra Modi, que chegou ao poder em maio com a promessa de assegurar que os preços de todas as safras continuassem 50 por cento acima do custo de produção, não fez muito para aliviar os problemas dos produtores, disse Tiwari.

Caro demais

As exportações indianas de algodão poderiam cair até 58 por cento neste ano, embora a colheita esteja prestes a bater um recorde com 40 milhões de fardos, estima a Associação de Algodão da Índia.

O governo deveria proibir as importações de algodão e subsidiar as remessas para o exterior para aliviar o excesso da oferta doméstica, disse Shirish Shah, sócio da Bhaidas Cursondas, uma exportadora com sede em Mumbai.

Os preços deveriam ser de pelo menos 6.000 rúpias por 100 quilos para que fossem econômicos para um produtor, disse Santosh Naitham, coordenador do Samiti no estado de Maharashtra. Recentemente, os operadores compraram algodão por cerca de 4.000 rúpias.

Modi implementou a política de oferecer uma compensação pela morte dos produtores. O governo inscreveu cerca de 115 milhões de titulares de contas bancárias para transferir diretamente tais subsídios. Muitas famílias produtoras não têm nada para depositar.

“É mais um encargo que temos agora”, disse ele, enquanto brincava com seu filho de 14 meses. “Quero educar meu filho para que ele vá embora daqui. Mas se não ganharmos nada com nossas plantações, como vamos sequer educá-lo?”.

Algodão: vazio sanitário tem novas regras

Em MT, normas mudaram para prazos de eliminação de restos culturais dentre outras coisas.

Na última semana, a colheita de algodão em Mato Grosso já chegava a 97,86% da área, segundo informações do Instituto Mato-Grossense do Algodão (IMAmt). Com a finalização, se aproxima o período do vazio sanitário, que esse ano passa a seguir as regras da Instrução Normativa Conjunta Sedec/Indea-MT nº 001/2016.

Em vigor desde maio deste ano, a normativa divide o Estado em duas áreas distintas. A Região 1 compreende os municípios de Rondonópolis, Campo Verde e Primavera do Leste, assim como seus arredores. Lá, o vazio sanitário começa em 1º de outubro e termina em 30 de novembro. Já na Região 2, de que fazem parte Sorriso, Lucas do Rio Verde, Campo Novo do Parecis, Sapezal e entornos, a data de início é 15 de outubro e o final está previsto para 14 de dezembro.

Destques - Jacob Netto, pesquisador entomologista do IMAmt, afirma que a instrução normativa vem para beneficiar os cotonicultores. Por exemplo, com a substituição do termo ‘planta viva’ por ‘planta com risco fitossanitário’. Diferente do primeiro, que é bastante genérico, esse último refere-se a plantas tigueras do algodoeiro que estejam acima do estágio V3 e plantas rebrotadas com mais de quatro folhas ou estrutura reprodutiva. “Isso deixa claro quando o produtor tem que intervir na sua área”, diz Netto. “Porque se antes era necessário correr para eliminar uma rebrota, agora, é viável esperar um pouco mais e entrar com o controle químico dando conta de mais plantas”, explica.

Outra mudança diz respeito ao período para destruição dos restos culturais que, segundo a normativa, deve começar até 15 dias após o início da colheita. Avançando na mesma proporção que ela, a ausência de plantas com risco fitossanitário fica prevista para antes do vazio. “Exigindo maior rigor dos produtores, quem não seguia à risca as recomendações do vazio sanitário vai precisar andar na linha. O que é bom para a toda a cadeia produtiva”, argumenta Netto.

Demais pontos, como as normas para transporte de produtos algodoeiros e penalização pelo descumprimento das regras estão descritas na Circular Técnica do IMAmt, que pode ser acessada clicando aqui.

Balanço da safra - Este ano, conforme conta Netto, as condições climáticas favoreceram a incidência de pragas que não só o bicudo-do-algodoeiro. “Faltou chuva no final da safra e tivemos problemas com o ácaro rajado. A mosca-branca demandou bastante aplicação de

químicos por conta das populações migrantes da safra de soja”. Enquanto isso, a lagarta-do-cartucho atacou mesmo em lavouras transgênicas: “Esse é um comportamento que vem sendo relatado ao longo das safras, e que nos preocupa: a criação de resistência à tecnologia WideStrike”.

Sendo assim, ainda que com aumento de 8,5% na área plantada em relação ao ciclo 2014/2015, a produção deve ser menor; ficando em 897 mil toneladas, quando na safra anterior foi de 921,7 mil t.

Segundo o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (Imea), a área plantada este ano no Estado será de 612 mil hectares, com 97,2 mil hectares de primeira safra e 514,9 mil hectares de segunda. A produtividade estimada é de 1.466 kg/ha de pluma, de acordo com a Conab.

O papel do vazio sanitário é contribuir para a quebra do ciclo de pragas e doenças. No caso do algodão, principalmente do bicudo, que causa maior impacto à cultura no Brasil.

Por: Marina Salles

Fonte: Portal DBO

Clima afeta produção de algodão no Brasil

Safra 2015/2016 colheu 3,2 milhões de toneladas, queda de 17% se comparada à temporada anterior.

A falta de chuvas na fase de plantio do algodão afetou o desenvolvimento da cultura em alguns estados brasileiros. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a safra 2015/2016 colheu 3,2 milhões de toneladas, queda de 17% se comparada à safra anterior. O resultado refletiu no desempenho do segundo maior produtor nacional, a Bahia, que teve redução de 16% na área plantada e 43% na produção. Os números foram apresentados na reunião da Câmara Setorial do Algodão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

Mato Grosso, líder na produção de algodão brasileiro, produziu 4% a menos em relação ao ano passado. Foram 2,2 milhões de toneladas ante 2,3 milhões de toneladas. “A estiagem prejudicou algumas lavouras que dependiam de água para se desenvolver. Chuvas fora de época também impactaram negativamente a qualidade do algodão. Uma vez que o capulho se abre, a pluma não pode pegar chuva”, explicou Alan Malinski, assessor técnico da Comissão Nacional de Cereais, Fibras e Oleaginosas da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A maior perda foi no estado do Piauí, que sofreu com o clima e colheu apenas 7 mil toneladas nesta safra. Na safra anterior, havia colhido 50 mil toneladas, queda de 87%. A redução de área de 14 mil hectares para 6 mil hectares também influenciou o resultado. “Apesar do setor ter apresentado números ruins, a expectativa para a próxima safra é de crescimento da área plantada, pois os preços no mercado estarão melhores”, afirmou Alan Malinski.

Durante a reunião, a Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa) apresentou o Programa Standard Brasil HVI, que dará mais transparência e credibilidade às análises de comprimento, resistência e alongamento dos fios realizadas nos fardos de algodão produzidos

no Brasil. O programa conta com 3 pilares: um laboratório que fará a recheagem de 1% de todas as análises de HVI feitas no Brasil, um banco de dados das características intrínsecas e extrínsecas do algodão brasileiro e a orientação aos laboratórios de HVI. Fonte: CNA

II – OUTRAS CULTURAS

Conab traça cenário positivo para volume e rentabilidade de grãos

De acordo com o estudo “Perspectivas para a Agropecuária – Safra 2016/17”, a tendência geral é de recuperação dos volumes de produção, sobretudo de milho, arroz e feijão

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) vai a campo neste mês de setembro para concluir seu primeiro levantamento sobre a produção de grãos no país nesta safra 2016/17, mas antecipou, em estudo divulgado ontem, que enxerga um cenário positivo para as principais culturas e uma colheita total da ordem de 200 milhões de toneladas, marca que não foi alcançada no ciclo 2015/16 em consequência de adversidades climáticas.

De acordo com o estudo “Perspectivas para a Agropecuária - Safra 2016/17”, divulgado pela Conab, a tendência geral é de recuperação dos volumes de produção, sobretudo de milho, arroz e feijão. No caso da soja, carro-chefe do campo brasileiro e grão menos prejudicado pelas intempéries na temporada passada, as perspectivas indicam boa liquidez e preços remuneradores.

“A tendência para a safra 2016/17 é termos o fenômeno La Niña, mas com chuvas dentro da normalidade”, disse Wellington Teixeira, superintendente de gestão de oferta da Conab. Se confirmada essa tendência, afirmou, a produção deverá se recuperar, mas ainda é difícil prever os volumes que poderão ser atingidos. De qualquer forma, ele prevê rentabilidades em geral positivas.

No caso da soja, por exemplo, o estudo estima, com base no custo variável apurado em maio (R\$ 38,29 por saca de 60 quilos), uma rentabilidade de R\$ 35,90 por saca, “caso os agricultores tenham fechado contratos antecipados próximos deste valor”, de acordo com a Conab. Os técnicos da autarquia projetam que a rentabilidade do milho poderá ser até maior que a da soja em algumas regiões na safra de verão, desde que o clima colabore. Isso poderá acontecer, por exemplo, em Barreiras, no oeste da Bahia. Para a segunda safra de milho, a expectativa é de ampliação de área em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Goiás.

Para o arroz e o feijão, itens básicos na alimentação do brasileiro, a tendência apontada pela Conab é de queda de preços, uma vez diluído o impacto “altista” gerado pelas perdas de produção provocadas por intempéries. Sérgio Roberto Gomes, da gerência de Fibras e Alimentos Básicos da Conab, observa que os preços do arro atualmente estão em torno de

R\$ 49 a saca e que, a partir da recuperação da oferta, poderão diminuir para menos de R\$ 40.

O estudo da Conab também projeta um horizonte de preços elevados para as carnes, com pequenos aumentos do consumo doméstico das carnes bovina e de frango e ofertas ainda limitadas. Em contrapartida, os preços do milho deverão continuar pesando nos custos de produção, especialmente das carnes de frango e suína. “Os produtores de carne deverão se adaptar a um novo modelo de comercialização de insumos”, disse Wellington Teixeira. Nesse “novo modelo”, as compras antecipadas tendem a ganhar espaço.

Fonte: Valor Econômico -14/09/2016

Governo de Minas Gerais estimula pequenos produtores a vender para supermercados

Primeira edição do Circuito Mineiro de Compras Sociais capacitou cerca de 50 pequenos produtores mineiros em diferentes setores, incluindo artesanato e agricultura familiar



Evento debateu as melhores maneiras de inserção dos pequenos produtores rurais nas redes varejistas

Fazer com que o pão de queijo da pequena agroindústria, o café gourmet produzido no Sul de Minas Gerais, os doces caseiros das fazendas e até o artesanato típico do estado sejam encontrados com maior facilidade nas prateleiras dos supermercados mineiros.

Este foi o foco da primeira edição do Circuito Mineiro de Compras Sociais, que debateu exatamente as melhores maneiras de inserção dos pequenos produtores rurais nas redes varejistas do estado. O evento foi realizado na terça-feira (13/9), na sede da Associação Mineira de Supermercados (Amis), em Belo Horizonte, e reuniu representantes de supermercados e 50 produtores rurais.

A iniciativa da Amis, em parceria com o governo de Minas Gerais - por meio do Fórum Permanente das Micro e Pequenas Empresas (Fopemimpe) da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais (Sedif), Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda) e patrocínio da Codemig - pretende fortalecer as

economias regionais, criando novas oportunidades de comércio envolvendo os pequenos produtores.

“O papel do Fopemimpe é ser a principal ferramenta do governo de Minas Gerais para discussão e construção de políticas públicas para melhoria do ambiente de negócio dos pequenos produtores”, afirma o secretário-geral do Fórum, Fernando Passalio. Para Fabio Cherem, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Integrado e Fóruns Regionais (Sedif), “a iniciativa é fundamental para mudança socioeconômica dos pequenos produtores de todas as regiões do estado de Minas Gerais”.

O secretário de Estado de Desenvolvimento Agrário, Professor Neivaldo, relembra os esforços do Governo de Minas Gerais em divulgar e fomentar a agricultura familiar e o consumo ligado ao setor. “Temos muitos desafios, mas o papel da secretaria é dialogar com as entidades para melhoria das condições de atuação dos produtores, que são o foco desse debate”, assegura.

Representando 10 produtores mineiros, a vice-presidente da Associação Mãos de Minas, Natalícia Vieira, conta que a sua presença no evento teve como principal objetivo ver mais produtos nas prateleiras dos supermercados do estado.

Segundo Natalícia, a Associação atende a produtores de diferentes segmentos, indo do tradicional biscoito de polvilho até a geleia de alho com tecnologia pesquisada no deserto do Atacama, no Chile. “Investimos na qualidade do nosso produto, temos nota fiscal e certificação de qualidade. O que nos atrapalha é o excesso de burocracia e a falta de acesso aos grandes mercados”, explica.

Há 11 anos no mercado, a produtora Rosana Lagos produz geleias de amora e framboesa na cidade de Campestre, Sul de Minas Gerais. Ela conta que a receita para produção do doce, 100% artesanal e sem nenhum componente químico, é fácil. “Seleciono as frutas mais bonitas e coloco a mão na massa”, brinca. A produtora artesanal ressalta que as geleias são desenvolvidas em pequena escala, mas caso haja oportunidade, ela passaria a produzir mais para atender ao público. “Queremos participar de mais feiras” afirma.

Conquistar o mercado interno é também a demanda da cooperativa de café Coopfam, que hoje representa 420 famílias na cidade de Poço Fundo, no Sul do estado. Hoje, o café gourmet produzido pelos cooperados já caiu no gosto de oito países, dentre eles Estados Unidos e Alemanha. Segundo a representante da cooperativa, Edvânia de Fátima, o desafio agora é aumentar o consumo interno.

Ela observa que 80% da produção são voltados para o mercado externo, 15% para o consumo das famílias envolvidas e 5% para o consumo regional. Com a marca Café Familiar da Terra, a Cooperativa desenvolveu o chamado “café orgânico feminino”, produzido por 30 mulheres de uma ONG denominada MOBI - Mulheres Organizadas Buscando Independência.

“O produto é desenvolvido com grãos mais adocicados, traduzindo a doçura da mulher”, revela a representante da cooperativa. A empreendedora ressalta que a entrada do café gourmet em supermercados especializados será um diferencial. “Nossa intenção é melhorar a vida dos cooperados, reconhecendo o produto e facilitando o acesso a outros novos mercados”, finaliza.

O superintendente da Amis, Antônio Claret, diz que, se depender da Associação, esses e outros produtores passarão a ter mais facilidade de apresentar seus produtos aos consumidores de Minas Gerais e todo o país. “O papel da Amis é também criar oportunidades para os pequenos fornecedores”, reforçou.

Alexandre Poni, presidente da Amis e representante da rede de supermercado Verdemar, conta que todo começo é difícil. Ele relatou aos produtores que a marca, hoje reconhecida nacionalmente, começou em um pequeno armazém. “Eu entendo e sei da



necessidade de vocês terem mais visibilidade. Comigo foi assim. No meu caso, investi e ainda invisto muito na qualidade dos nossos produtos como um diferencial”, reforçou.

>Capacitação como forma de inserção em novos mercados

Ao longo do dia, os produtores mineiros puderam se capacitar sobre temas como melhorias técnicas, embalagem, garantia de fornecimento e continuidade da produção. Os presentes também preencheram uma ficha com informações técnicas para seleção de 20 produtores que participam da próxima edição da Superminas.

O consultor da Amis, Robson Rodrigues, chamou atenção dos participantes para a necessidade não só de se buscar novos mercados, mas também de os produtos se tornarem mais competitivos. “Ter um diferencial é questão de sobrevivência no mercado. É necessário também investir na qualidade e nas parcerias com as redes de compra”, afirmou.

Para o representante da Seda, Lucas Oliveira Scarascia, o perfil do consumidor brasileiro, que tem valorizado cada dia mais os produtos naturais da agricultura familiar, deve ser visto como diferencial para o consumo dos produtos apresentados. “A gente acredita na força e no valor da agricultura familiar mineira como diferenciais”, destacou.

Representando a rede de Supermercados ABC, Anderson Rodrigues apresentou dados positivos sobre o atual momento do setor. Ele ressaltou que 65% das compras da rede são de empresas genuinamente mineiras. “Temos a certeza de que a economia local e regional deve ser fortalecida para garantir a sustentabilidade dos nossos negócios”, destacou.

CMN aprova renegociação de dívidas de produtores rurais

Financiamentos de custeio e investimento vão ser revistos para agricultores do Matopiba, Centro-Oeste e Espírito Santo. O Conselho Monetário Nacional aprovou, em reunião extraordinária nessa quarta-feira, a renegociação de dívidas de produtores rurais do Matopiba, Centro-Oeste e Espírito Santo que tiveram perdas em decorrência do clima.



Poderão ser renegociadas operações com vencimento em 2016 e parcelas vencidas ou que venham a vencer até o fim deste ano, inclusive aquelas já prorrogadas pelo CMN.

Os financiamentos de custeio e investimento vão ser revistos para agricultores da região do Matopiba – que inclui o estado de Tocantins e partes de Maranhão, Piauí e Bahia – e produtores do Espírito Santo, principalmente de café.

No Centro-Oeste, a renegociação vai ser apenas para dívidas de investimento. Para custeio, o prazo de reembolso é de até cinco anos. Para investimento e

parcelas de custeio já prorrogadas anteriormente, a prorrogação é para até um ano após o vencimento do contrato.

A confirmação do CMN já era aguardada pelo setor, como adiantou ao Canal Rural na segunda-feira, dia 12, o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Neri Geller.

Por: Rafael Fritsch Walendorff/Fonte: Canal Rural

Energia compartilhada pode diminuir gastos de produtores

Durante congresso realizado em Mato Grosso, agricultores aprenderam sobre novas formas de autossuficiência energética. Depois do boom no preço da energia elétrica, produtores rurais de todo o país viram os custos de produção dispararem. Em Mato Grosso, a adoção de tecnologias como o uso de energia solar ou compartilhada é vista como oportunidade. O assunto foi debatido no primeiro Congresso de Bioenergia do estado que terminou nesta quarta-feira, dia 14, em Cuiabá.

Durante os dias de congresso, agricultores aprenderam sobre novas formas de autossuficiência energética, como ressaltou o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Famato, Ricardo Arioli. “Uma das grandes oportunidades que temos para discutir e implementar é a geração compartilhada. A indústria e até cooperativas de produtores poderão ter uma geração de energia termoelétrica, por exemplo, onde usaremos o eucalipto plantado pelos produtores, provocando uma redução de custos que viria de encontro com as contas de consumo de energia”, disse.

De acordo com Arioli, a termoelétrica montada por produtores seria ligada na rede elétrica local e a quantidade gerada poderia ser descontada do consumo da indústria e até das propriedades que fazem parte do projeto, o que traria uma economia significativa para os próprios produtores locais.

Apesar de parecer um investimento alto, o custo acaba sendo pago em pouco tempo, segundo o especialista. “O governo do estado já tirou o ICMS da energia compartilhada. E, se isso for feito através de financiamentos, com certeza o tempo de pagamento será menor, pois o Mato Grosso tem uma das energias elétricas mais caras do Brasil e as oportunidades para a redução de gastos são enormes”, completou.

Durante os dias de congresso, agricultores aprenderam sobre novas formas de autossuficiência energética, como ressaltou o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Famato, Ricardo Arioli. “Uma das grandes oportunidades que temos para discutir e implementar é a geração compartilhada. A indústria e até cooperativas de produtores poderão ter uma geração de energia termoelétrica, por exemplo, onde usaremos o eucalipto plantado pelos produtores, provocando uma redução de custos que viria de encontro com as contas de consumo de energia”, disse.

De acordo com Arioli, a termoelétrica montada por produtores seria ligada na rede elétrica local e a quantidade gerada poderia ser descontada do consumo da indústria e até das propriedades que fazem parte do projeto, o que traria uma economia significativa para os próprios produtores locais.

Apesar de parecer um investimento alto, o custo acaba sendo pago em pouco tempo, segundo o especialista. “O governo do estado já tirou o ICMS da energia compartilhada. E, se isso for feito através de financiamentos, com certeza o tempo de pagamento será menor, pois o Mato Grosso tem uma das energias elétricas mais caras do Brasil e as oportunidades para a redução de gastos são enormes”, completou.

Por: Alessandra Mello / Fonte: Canal Rural

Banco Central publica resolução que renegocia dívidas

Nesta quarta-feira (14/9), o Banco Central publicou uma resolução ([Resolução nº 4.519 de 14 de Setembro de 2016](#)), que autoriza a renegociação de dívidas para as linhas de crédito de custeio – manutenção da lavoura – e investimento – compra de máquinas, equipamentos e realização de obras nas propriedades rurais. As parcelas das operações de custeio poderão ser pagas em até cinco anos. A publicação diz respeito aos estados produtores da região do Matopiba (Espírito Santo, Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins, e da região Centro-Oeste).

De acordo com o texto, no Espírito Santo só poderão ser renegociadas as operações de crédito rural contratadas em municípios que tenham decretado estado de emergência ou de calamidade pública a partir de 1º de janeiro do ano passado. Nos demais estados, o prazo conta a partir de 1º de outubro do ano passado.

Confira abaixo a íntegra da publicação:

RESOLUÇÃO Nº 4.519, DE 14 DE SETEMBRO DE 2016

Autoriza a renegociação de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas por produtores rurais que tiveram prejuízos em decorrência da estiagem e

seca em municípios dos estados do Espírito Santo, Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins, e da região Centro-Oeste.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional em sessão extraordinária realizada em 14 de setembro de 2016, com base no disposto nos arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, 5º da Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001,

R E S O L V E U :

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas a renegociar as operações de crédito rural de custeio com vencimento em 2016 e as parcelas vencidas ou vincendas em 2016 das operações de crédito rural de custeio e investimento, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN), observadas as seguintes condições:

I - beneficiários: produtores rurais e suas cooperativas de produção;

II - abrangência: as seguintes operações de crédito rural lastreadas em recursos controlados de que trata o Manual de Crédito Rural (MCR 6-1-2) contratadas pelos beneficiários definidos no inciso I que estavam em situação de inadimplência em 31 de dezembro de 2015:

a) custeio e investimento, em municípios dos estados da Bahia, Piauí, Maranhão e Tocantins constantes da Portaria nº 244, de 12 de novembro de 2015, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e do estado do Espírito Santo;

b) investimento, em municípios da região Centro-Oeste;

III - os saldos devedores serão apurados com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, rebates e descontos, sem o cômputo de multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios;

IV - prazos:

a) custeio: reembolso em até 5 (cinco) anos, de acordo com o período de obtenção de renda e a capacidade de pagamento do mutuário;

b) operações de custeio prorrogadas e de investimento: para até 1 (um) ano, após o vencimento final do contrato, para cada parcela prorrogada;

V - formalização: até 31 de dezembro de 2016;

VI - para a formalização da renegociação prevista nesta Resolução, é obrigatória a apresentação pelo mutuário de laudo técnico de comprovação das perdas assinado por profissional habilitado, com a apresentação do respectivo registro de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao conselho profissional competente;

VII - o laudo referido no inciso VI deve ser incluído no dossiê do financiamento rural, contendo, no mínimo, as seguintes informações que devem ser registradas no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor):

a) coordenadas geodésicas do empreendimento, independentemente do valor do financiamento original, na forma do MCR 2-1-2;

b) as datas efetivas de plantio e de colheita do custeio objeto da renegociação;

§ 1º Para efeito da renegociação prevista nesta Resolução:

I - as instituições financeiras ficam dispensadas do cumprimento das exigências previstas no MCR 2-6-10, MCR 9-2-4, MCR 10-1-24 e MCR 13-1-4;

II - as operações de custeio rural amparadas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro) ou outra modalidade de seguro rural somente podem ser renegociadas nos casos em que tenha havido cobertura parcial, devendo ser excluído da renegociação o valor referente à indenização e considerada a receita obtida;

III - admite-se, a critério da instituição financeira, a substituição de aditivo contratual por "carimbo texto" para formalização da prorrogação.

§ 2º O disposto nesta Resolução:

I - aplica-se às operações em situação de inadimplência na data prevista no inciso II do caput deste artigo desde que a parcela em atraso seja liquidada até a data da formalização da renegociação;

II - aplica-se somente às operações contratadas nos municípios onde tenha sido decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública em decorrência de seca ou estiagem a partir de 1º de janeiro de 2015 no estado do Espírito Santo e a partir de 1º de outubro de 2015 nos demais estados, com reconhecimento pelo Ministério da Integração Nacional;

III - não se aplica às operações de crédito rural contratadas no âmbito do Programa de Sustentação de Investimento (PSI) e às operações cujo empreendimento financiado tenha sido conduzido sem a aplicação de tecnologia recomendada, incluindo inobservância ao Zoneamento de Risco Climático e o calendário agrícola para plantio da lavoura.

Art. 2º O mutuário que renegociar suas dívidas nos termos desta Resolução fica impedido de contratar novo financiamento de investimento com recursos do crédito rural, em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), até que amortize integralmente, no mínimo, as parcelas previstas para os três anos subsequentes ao da formalização da renegociação, exceto quando o crédito se destinar a projeto de investimento para irrigação ou no caso de pagamento antecipado do valor renegociado.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

(Presidente do Banco Central do Brasil, etc...)



**GABINETE DA SECRETARIA DE
ESTADO DE AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
DE
MINAS GERAIS**

João Cruz Reis Filho
Secretário

Kleber Vilela Araújo
Secretário-Adjunto

Larissa Gonçalves da Matta
Chefe de Gabinete



Lindomar Antonio Lopes
Coordenador do PROALMINAS/SEAPA/MG
Assessoria Técnica do Secretário
Belo Horizonte/MG

Fone: (31) 3915.8535
lindomar.lopes@agricultura.mg.gov.br